

► Prescrição

Art. 1º da Lei nº 9.873/1999: Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.

(CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL) O prazo prescricional para que a administração pública federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, inicie ação punitiva, cujo objetivo seja apurar infração à legislação em vigor, é de cinco anos, contados da data em que o ato se tornou conhecido pela administração, salvo se se tratar de infração dita permanente ou continuada, pois, nesse caso, o termo inicial ocorre no dia em que cessa a infração.

Gabarito: Errado

INFO 793/STF: "As guardas municipais, desde que autorizadas por lei municipal, têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas. É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas

PODER DE POLÍCIA: CARACTERÍSTICAS

Atributos: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade

Não atinge diretamente a pessoa, mas sim os seus bens, interesses e atividades.

Pode gerar a cobrança de taxa de polícia - art. 78, do CTN.

É exercido em caráter preventivo ou repressivo.

Se manifesta com a prática de atos normativos (portaria, resolução etc) ou concretos (atos punitivos).

Não admite delegação aos particulares, salvo quanto aos atos materiais de fiscalização e consentimento.

Representa atividade com fundamento na supremacia geral, pois, independe de qualquer vínculo jurídico anterior.

Não se confunde com polícia judiciária, pois tutela o bem estar social, enquanto, a judiciária quer a aplicação da lei penal.

A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

(CESPE 2022/SEE-PE/ANALISTA) A aplicação de multa é exemplo de ato administrativo decorrente do poder de polícia da administração pública, dotado de autoexecutoriedade e passível de delegação.

Gabarito: errado

(CESPE 2019/MPC-PA/PROCURADOR DE CONTAS) Acerca do poder de polícia, assinale a opção correta considerando o entendimento dos tribunais superiores e a doutrina.

- a) A demolição de casa habitada determinada por força de ato de polícia administrativa independe de prévia autorização judicial.
- b) A licença para dirigir veículos automotores para a prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Estado não consiste em ato de polícia vinculado.
- c) A liberação de veículo retido por autoridades de trânsito apenas pela prática de transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.
- d) A polícia administrativa, ao contrário da judiciária, atua exclusivamente no campo preventivo.
- e) Não é admitida a delegação do exercício de poder de polícia de trânsito às guardas municipais, exceto no que se refere a atos decorrentes de consentimento e fiscalização.

Gabarito: C

SÚMULA N. 510 – STJ - . A liberação de veículo retido apenas por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas

(CESPE 2022/PREFEITURA DE MARINGÁ/PROCURADOR MUNICIPAL) Após fiscalização de trânsito, um guarda municipal, ao constatar irregularidade em um veículo, lavrou auto de infração e aplicou multa de trânsito.

Nessa situação hipotética, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF),

- a) o exercício do poder de polícia de trânsito é prerrogativa exclusiva das entidades policiais.
- b) ainda que haja lei municipal autorizativa, não é admissível a aplicação da multa de trânsito pelo guarda municipal.
- c) o guarda municipal não tem poder de polícia de trânsito.
- d) desde que haja lei municipal autorizativa, será constitucional a atribuição ao guarda municipal do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição das sanções administrativas legalmente previstas.
- e) independentemente de autorização legislativa específica, o guarda municipal tem o poder de polícia de trânsito.

Gabarito: D

(CESPE 2022/PC-ES/DELEGADO DE POLÍCIA) A respeito do poder de polícia, julgue os próximos itens.

I Segundo o texto constitucional, o poder de polícia é exercido exclusivamente pelas corporações especializadas da polícia civil e da polícia militar.

II Para o exercício adequado do poder de polícia, é necessário que a administração pública obtenha previamente autorização do Poder Judiciário.

III No exercício do poder de polícia, o município poderá estabelecer os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens I e III estão certos.

Gabarito: c

SÚMULA VINCULANTE Nº 38: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.